

Mapa da mina

GEORGE VIDOR

Câmbio e política monetária estão agora na berlinda como âncoras da nova moeda, o real, pois os economistas dirigiram seus holofotes para o comportamento desses dois importantes instrumentos, que deverão assegurar estabilidade dos preços no curto prazo.

Mas não se pode subestimar o árduo esforço feito pelo Governo para equilibrar as finanças públicas, sem o qual o programa de estabilização não teria chegado ao atual estágio com grande possibilidade de sucesso.

O surpreendente é que o equilíbrio foi atingido dentro de um quadro em que muitos itens de despesas continuaram a aumentar (daí ter havido descrédito quase generalizado sobre a capacidade de o Governo efetivamente eliminar o déficit em suas contas).

A Previdência Social talvez tenha sido o caso mais dramático de crescimento nos gastos governamentais. Até 1988, ela desembolsava cerca de US\$ 9 bilhões anuais em benefícios, aposentadorias e pensões, irrisórios em sua grande maioria.

Mas a Constituição promulgada naquele ano proibiu a União de pagar menos de um salário-mínimo mensal aos aposentados, inclusive a seis milhões de lavradores que ganharam o direito de aposentadoria por idade (55 anos para as mulheres e 60 para os homens), independentemente de terem sido ou não contribuintes da Previdência. Antes relegados ao esquecimento pelo próprio sistema previdenciário, os trabalhadores rurais se tornaram assim os beneficiários de um programa capaz de mudar a base da pirâmide da distribuição de renda no Brasil, tal o impacto que essa medida vem tendo sobre os rendimentos familiares em algumas regiões do país, especialmente no interior do Nordeste.

As fontes adicionais de receitas criadas pela Constituição para suprir essas despesas mostraram-se, na prática, insuficientes para financiar o salto nos gastos. Os dispêndios da Previdência, que estavam no patamar de US\$ 9 bilhões, aumentaram para US\$ 19 bilhões em 1993 e deverão passar de US\$ 24 bilhões este ano — só o aumento de R\$ 5,31 no salário-mínimo a partir de setembro representará um acréscimo de US\$ 450 milhões no orçamento previdenciário em 1994.

Antes, a arrecadação da Previdência representava mais do que o dobro do pagamento de aposentadorias e benefícios. Esses recursos cobriam também despesas de saúde (Inamps e rede de hospitais conveniados) e os gastos com a máquina administrativa do sistema previdenciário, que emprega mais de 30 mil funcionários espalhados pelo país.

Já em 1993, a receita total da Previdência deixou de ser suficiente para atender aos segurados. Este ano, o

Tesouro Nacional estará entrando com US\$ 850 milhões — retirados do Fundo Social de Emergência aprovado em fevereiro — para reforçar o pagamento das pensões e equilibrar as contas do sistema.

Além disso, o Tesouro agora arca inteiramente com as despesas de saúde (orçadas em US\$ 9 bilhões), os gastos administrativos e a folha de pagamentos dos funcionários da Previdência.

Ou seja, além do déficit da Previdência, o Tesouro herdou enorme aumento de despesas nos itens pessoal e saúde, que anteriormente não estavam sob sua responsabilidade direta. O Governo teve de correr atrás de arrecadação (ajudado pela retomada do crescimento econômico) e estancar fontes crônicas de sangria no Tesouro, como as dívidas de estados e municípios com a União que vinham sendo empurradas com a barriga.

Alguns gastos revelaram-se incompressíveis. A folha de pagamentos do funcionalismo tinha sido achatada de tal modo em 1990-91, que só restara ao Governo iniciar em 1992 um processo de recuperação salarial. Este ano, somada aos encargos com os servidores inativos, a folha ultrapassará a casa de US\$ 21 bilhões (em 91 havia caído para menos de US\$ 14 bilhões).

No meio do caminho, o Governo se deparou com outros gastos incontornáveis: para as frentes de emergência nas regiões atingidas pela seca no Nordeste foi destinado US\$ 1,1 bilhão, fora as despesas com transporte de alimentos e água potável.

Mas no item de encargos financeiros o Tesouro conseguiu proporcionalmente reduzir seu volume de desembolsos, apesar das taxas de juros estratosféricas no país. Remanejando dinheiro aqui e ali, o Governo até gastou mais com a educação básica. E claro que muitos investimentos tiveram de ser sacrificados. Rodovias federais ficaram em pandarecos e das obras importantes apenas uma teve sequência (a hidrelétrica de Xingó).

Com todos esses percalços, o equilíbrio das finanças públicas foi obtido, permitindo que se deflagassem as etapas seguintes do programa de estabilização. Com o real, a manutenção do equilíbrio deverá ser mais fácil, pois as receitas deixarão de sofrer corrosão inflacionária e no lado das despesas já houve o devido ajuste para a realidade.

O equilíbrio fiscal parece não ser mais motivo de preocupação e de fato é a âncora mais segura do programa de estabilização econômica. Depois de participar de tamanha tarefa, o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso habilitou-se a disputar a Presidência da República. Ele certamente aprendeu o caminho que a administração federal terá de percorrer para ter bom desempenho nos próximos quatro anos.